



# Manual de Compliance


---

Área de Risco e Compliance

Versão 2023.1

I.	Documentos Vinculados a Este Manual.....	4
II.	Sumário Executivo.....	5
III.	Introdução.....	6
IV.	Princípios deste Manual.....	7
V.	Definições.....	8
VI.	Estrutura Organizacional.....	9
VI.1.	Requisitos e Autorizações para Exercício de Atividade de Gestão.....	9
VI.1.1.	CVM.....	9
VI.1.2.	ANBIMA.....	9
VI.2.	Requisitos para os Sócios Controladores.....	10
VI.3.	Requisitos para os Profissionais.....	11
VI.3.1.	Certificação dos Profissionais.....	11
VI.4.	Atribuições das Responsabilidades.....	12
VI.5.	Independência, Segregação e Exercício de Funções.....	13
VI.6.	Recursos Humanos e Computacionais.....	14
VII.	Regras, Procedimentos e Controles Internos.....	15
VII.1.	Prestação de Informações.....	15
VII.1.1.	Informações no Site da Zero Conflict.....	15
VII.1.2.	Informações Periódicas à CVM.....	16
VII.1.3.	Informações PLD/FTP.....	16
VII.1.4.	Informações Periódicas à ANBIMA.....	17
VII.1.5.	Informações FATCA.....	17
VII.2.	Vedações.....	17
VII.3.	Deveres dos Membros do Comitê de Investimentos (Res. 21, Art. 12).....	19
VII.4.	Conflitos de Interesses.....	20
VII.5.	Segurança da Informação (Res. 21, art. 24).....	21
VII.6.	Gestão de Riscos.....	21
VII.7.	Controles Internos e Processos.....	22
VII.8.	Contratação de Prestadores de Serviço Relevantes.....	22
VII.9.	Administração Fiduciária.....	23
VII.10.	Distribuição de Cotas.....	23
VII.11.	Gestão de Patrimônio.....	23
VIII.	Gestão Unificada de Riscos, Compliance e Controles Internos.....	24

VIII.1.	Responsabilidades da Área de Compliance.....	25
VIII.2.	Responsabilidades da Área de Controles Internos.....	26
VIII.3.	Transparência na Exposição ao Risco Residual e Eficácia do Controle .....	27
VIII.4.	Documentação do Cumprimento da Análise dos Procedimentos .....	28
VIII.5.	Capacitação e Qualificação Técnica dos Profissionais de Compliance, Controles Internos e Risco .....	28
IX.	Conhecimento as Normas e Políticas .....	28
X.	Manutenção de Arquivos .....	29
XI.	Penalidades e Multas .....	29
XI.1.	CVM – Infração Grave (Res. 21, art. 35).....	29
XI.2.	CVM – Infração Ordinária (Res. 21, art. 36) .....	30
XI.3.	ANBIMA – Descumprimento e Penalidades (CAART, art. 7 e capítulo XIX) .....	30
Anexo I.	Controle de Versão.....	32

	Manual de Compliance	
	Versão:2023.1	Entrada em vigor: 03/08/2023

---

## I. Documentos Vinculados a Este Manual

Documentos	Finalidade
<b>Código de Ética</b>	Definir regras claras do negócio no dia a dia
<b>Termo de Compromisso e Confidencialidade</b>	Termo de adesão dos colaboradores as políticas da <b>Zero Conflict</b>

## II. Sumário Executivo

### Objetivos do Manual:

- Estabelecer as regras pertinentes ao cumprimento, por parte dos Colaboradores, da legislação e códigos de autorregulação, no âmbito das atividades da **Zero Conflict**;
- Definir as responsabilidades da Área de Compliance e das demais no atendimento às normas;
- Garantir que todos os Colaboradores entendam a importância do atendimento à legislação e códigos de autorregulação aderidos pela Zero Conflict.

### Áreas de Atuação nos termos da Resolução CVM 21 (Res. 21) e do Código ANBIMA de Administração de Recursos de Terceiros (CAART):

Área	Atua
Gestão de carteiras	SIM
Gestão de Patrimônio	SIM
Distribuição dos Fundos próprios	NÃO
Administração Fiduciária	NÃO

### Produtos:


- Fundos de Investimento Multimercado no exterior crédito privado; e
- Carteiras Administradas.

### Diretores Responsáveis:

Gestão e Gestão de patrimônio	Rafael Zilles Castiglia	Riscos, Compliance, Controles Internos, PLD/FTP e LGPD	Pedro Henrique Lyra Kaddoum
-------------------------------	-------------------------	--	-----------------------------

### Códigos ANBIMA aderidos:

- Código de Ética;
- Código dos Processos da Regulação e Melhores Práticas;
- Código de Administração de Recursos de Terceiros – atividades gestão e gestão de patrimônio;
- Código para o Programa de Certificação Continuada – atividades gestão de recursos de terceiros e comercial de gestão de patrimônio.

	Manual de Compliance	
	Versão:2023.1	Entrada em vigor: 03/08/2023

### III. Introdução

O termo compliance tem origem no verbo em inglês *to comply*, que significa agir de acordo com uma regra, uma instrução interna, um comando ou um pedido.

O não cumprimento de leis, normas, códigos e regulamentos pode levar a pesadas multas monetárias, sanções legais e regulamentares, além da perda de reputação. Com isso o risco de compliance tornou-se uma das preocupações mais significativas atualmente para executivos.

O presente Manual de Compliance aplica-se compulsoriamente a todos os Colaboradores da **ZERO CONFLICT ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA. (“Zero Conflict”)**. Os Colaboradores, dentre os quais estão incluídos os sócios, empregados, trainees e estagiários **Zero Conflict**, devem aderir a este Manual. A adesão formal dos Integrantes a este Manual dar-se-á mediante a assinatura de “Termo de Compromisso e Confidencialidade”, na forma do modelo constante do Anexo do Código de Ética.

Os Colaboradores devem se assegurar acerca do perfeito e completo entendimento do conteúdo deste Manual. Em caso de dúvidas ou necessidade de aconselhamento, é importante que se busque auxílio imediato junto ao Diretor de Compliance da **Zero Conflict**, o qual é o responsável pela aplicação deste Manual.


Segundo McKinsey&Company<sup>1</sup>, um modelo emergente de melhores práticas para a conformidade no setor financeiro deve contar com três princípios fundamentais:

- I. - A integração com a gestão global de gestão de riscos, assuntos regulamentares, e no processo de gerenciamento de problemas;
- II. - Uma ativa propriedade do framework de risco e controle; e
- III. - Transparência na exposição ao risco residual e eficácia do controle.

Esses três princípios fundamentais, aliados aos princípios éticos, de segregação e de independência de funções, norteiam a estrutura e os controles que a **Zero Conflict** adota, sendo eles refletidos neste Manual de Compliance.

---

<sup>1</sup> “A Best Practice Model for Bank Compliance “.

	Manual de Compliance	
	Versão:2023.1	Entrada em vigor: 03/08/2023

**A obrigação pelo cumprimento das regras estabelecidas neste Manual é de todos os Colaboradores. Assim, todos devem cumprir às normas aqui contidas.**

#### **IV. Princípios deste Manual**

- **Abrangência:** este manual abrange todos os processos, procedimentos e produtos da **Zero Conflict**.
- **Melhores Práticas:** o processo e a metodologia deste manual seguem as melhores práticas de mercado.
- **Comprometimento:** todos os Colaboradores da **Zero Conflict** devem estar comprometidos em seguir as políticas, práticas e controles internos necessários ao cumprimento desse Manual.
- **Equidade:** todos os fundos e carteiras devem seguir a mesma metodologia, processos e controles, assegurando tratamento equitativo aos cotistas independente do fundo ou carteira que eles possuam com a **Zero Conflict**.
- **Compliance:** este manual deve estar em conformidade com as normas da CVM, ANBIMA, bem como as regulamentações dos clientes que sejam pertinentes ao mercado de capitais e ao bom funcionamento deste.
- **Frequência:** o atendimento às normas deve fazer parte de todas as atividades do dia a dia da **Zero Conflict**.
- **Transparência:** tanto este manual quanto visitas para conhecer os procedimentos da **Zero Conflict** estão disponíveis a todos os clientes.
- **Formalismo:** os procedimentos de Compliance devem ser seguidos, documentados e passíveis de serem auditáveis.

## V. Definições

- **Administração de Carteiras de Valores Mobiliários:** exercício profissional de atividades relacionadas, direta ou indiretamente, ao funcionamento, à manutenção e à gestão de uma carteira de valores mobiliários, incluindo a aplicação de recursos financeiros no mercado de valores mobiliários por conta do investidor (Res. 21, art. 1º).
- **Independência no exercício das atividades:** caráter do relacionamento entre as Áreas de Gestão, Compliance, Controles Internos e Riscos de forma a uma não influenciar a outra nas tomadas de decisões, garantindo a imparcialidade nas decisões de gestão, Compliance, Controles Internos e de riscos.
- **Sócio Controlador:** pessoa física ou jurídica ou ainda, um grupo de pessoas, vinculado por acordo de voto, que de modo permanente detém a maioria de votos nas assembleias gerais e elege a maioria dos administradores da companhia.
- **Spoofing** (quando realizada por meio de uma única oferta manipuladora de grande quantidade) e **layering** (quando realizada por meio de diversas ofertas manipuladoras de pequenos lotes):
  - condições artificiais de demanda, oferta ou preço de valores mobiliários aquelas criadas em decorrência de negociações pelas quais seus participantes ou intermediários, por ação ou omissão dolosa provocarem, direta ou indiretamente, alterações no fluxo de ordens de compra ou venda de valores mobiliários;
  - manipulação de preços no mercado de valores mobiliários, a utilização de qualquer processo ou artifício destinado, direta ou indiretamente, a elevar, manter ou baixar a cotação de um valor mobiliário, induzindo, terceiros à sua negociação;
  - operação fraudulenta no mercado de valores mobiliários, aquela em que se utilize ardil ou artifício destinado a induzir ou manter terceiros em erro, com a finalidade de se obter vantagem ilícita de natureza patrimonial para as partes na operação, para o intermediário ou para terceiros;
  - prática não equitativa no mercado de valores mobiliários, aquela de que resulte, direta ou indiretamente, efetiva ou potencialmente, um tratamento para qualquer das partes, em negociações com valores mobiliários, que a coloque em uma



indevida posição de desequilíbrio ou desigualdade em face dos demais participantes da operação.

Exemplo: Ordens artificiais colocadas no mercado com a finalidade de manipular os preços de um ativo levando vantagem sobre sua compra ou venda.

## VI. Estrutura Organizacional

### ***VI.1. Requisitos e Autorizações para Exercício de Atividade de Gestão***

#### **VI.1.1. CVM**

A Zero Conflict, a qual:

- Tem sede no Brasil (Res. 21, Art. 4º, I)
- Tem em seu objeto social o exercício de administração de carteiras de valores mobiliários, e (Res. 21, Art. 4º, II)
- Está regularmente constituído e registrado no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ (Res. 21, Art. 4º, II)

Foi autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a prestar os serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários por meio do ato declaratório n.º 7.064 de 12/12/2002.

O Diretor responsável pela Gestão de Carteiras, Rafael Zilles Castiglia, foi autorizado pela CVM a prestar os serviços de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários através do ato declaratório n.º 15.218, de 02/09/2016.

Pelo fato da **Zero Conflict** não exercer e nem ter o registro para atuar como Administrador Fiduciário, não há a necessidade de indicação de um diretor estatutário habilitado a exercer esta função (Res. 21, art. 4º, § 6º).

#### **VI.1.2. ANBIMA**

A **Zero Conflict** é aderente aos seguintes códigos da ANBIMA:

- Código de Ética

- Código dos Processos da Regulação e Melhores Práticas;
- Código de Administração de Recursos de Terceiros – atividades de gestão e gestão de patrimônio; e
- Código para o Programa de Certificação Continuada – atividades de gestão de recursos de terceiros e Comercial em gestão de patrimônio.

Para tal, a **Zero Conflict** possui as seguintes políticas:

- Esta política, a qual engloba as diretrizes de controles internos; (CAART, art. 9, §único)
- Política de Gestão de Riscos (CAART, art. 39);
- Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez (CAART, Anexo I, art. 10);
- Política de Crédito Privado (CAART, Anexo I, art. 13);
- Política de Segurança da Informação, a qual contempla a Segurança Cibernética (CAART, art. 13, § único e art. 16);
- Plano de continuidade de negócios (CAART, art. 15);
- Política de Exercício de Voto (CAART, art. 53);
- Política de Contratação de Terceiros (CAART, art. 18, §1º);
- Política de Rateio de Ordem (CAART, art. 36); e
- Política de Adequação dos investimentos ao perfil do Investidor, incluindo a Política de Conheça Seu Cliente (CAART, art. 45).

Além disso, os profissionais que exerçam a atividade de Gestão de Recursos Terceiros e possuam alçada de decisão sobre o investimento, desinvestimento e manutenção dos ativos financeiros integrantes das carteiras dos Veículos de Investimento devem estar devidamente certificados, nos termos do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Programa de Certificação Continuada (CAART, art. 31F, art. 28, § 2º).

## ***VI.2. Requisitos para os Sócios Controladores***

Os sócios controladores diretos e indiretos atendem aos seguintes requisitos para manutenção da autorização da CVM (Res. 21, art. 4º, VI):

- Têm reputação ilibada; (Res. 21, art. 3º, IV)
- Não estão inabilitados ou suspensos para o exercício de cargo em instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pela CVM, pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP ou pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar –PREVIC; (Res. 21, art. 3º, V)
- Não foram condenados por crime falimentar, prevaricação, suborno, concussão, peculato, “lavagem” de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, contra a economia popular, a ordem econômica, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade pública, o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, por decisão transitada em julgado, ressalvada a hipótese de reabilitação; (Res. 21, art. 3º, VI)
- Não estão impedidos de administrar seus bens ou deles dispor em razão de decisão judicial ou administrativa. (Res. 21, art. 3º, VII)


### ***VI.3. Requisitos para os Profissionais***

Os profissionais da **Zero Conflict** atendem aos seguintes requisitos:

- Têm reputação ilibada; (CAC, art. 6º, I)
- Não estão inabilitados ou suspensos para o exercício de cargo em instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pela CVM, pelo Banco Central do Brasil, pela SUSEP ou pela PREVIC (CAC, art. 7º, I);
- Possuem autorização para o exercício da atividade e esta não está suspensa, cassada ou cancelada (CAC, art. 7º, II);
- Não sofreram punição definitiva, nos últimos cinco anos, em decorrência de sua atuação como administrador ou membro de conselho fiscal de entidade sujeita ao controle e fiscalização dos órgãos reguladores mencionados anteriormente (CAC, art. 7º, III).

#### **VI.3.1. Certificação dos Profissionais**

Em função da Zero Conflict atuar somente em gestão de recursos de terceiros, é requerido que os profissionais que atuam na área de gestão tenham o CGA e/ou CGE válido ou isento de acordo com sua função desempenhada (CAC, art. 9º, §1º, II).

	Manual de Compliance	
	Versão:2023.1	Entrada em vigor: 03/08/2023

Para os profissionais que atuam em gestão de fundos estruturados (FIDC e FII), é requerido o CGE. Para atuar na gestão dos demais fundos, é requerido o CGA.


A área de Compliance é responsável por:

- Assegurar que todo profissional que for admitido ou transferido para atuar na área de gestão e possuir alçada de decisão sobre o investimento, desinvestimento e manutenção dos ativos financeiros integrantes das carteiras dos Veículos de Investimento tenha o CGA e/ou CGE de acordo com a função desempenhada (CAC, art. 9º, §1º, I, III e V);
- Atualizar o Banco de Dados da ANBIMA com toda movimentação (admissão, transferência ou desligamento) que ocorra na área de gestão (CAC, art. 9º, §1º, I), sendo o controle dos profissionais de gestão feito via checklist de controles internos;
- Notificar em tempo hábil para realização os profissionais da área de gestão que terão a sua certificação vencida para que estes façam o processo de renovação (CAC, art. 9º, §1º, IV);
- Caso um profissional da área de gestão tenha sua certificação vencida, documentar o seu afastamento da área até que ele reobtenha o CGA e/ou CGE, de acordo com a função desempenhada (CAC, art. 9º, V); e
- Assegurar que todos os profissionais da Zero Conflict exerçam suas atividades nos termos do CAART (CAC, art. 31º), da Res. 21, do Código de Ética e demais políticas da Zero Conflict.

A área de Controles Internos é responsável por verificar o cumprimento pela área de Compliance dos requisitos acima.

#### ***VI.4. Atribuições das Responsabilidades***

<b>Responsabilidade</b>	<b>Pessoa Designada</b>	<b>Consignado Contrato Social</b>
Administração de carteiras de valores mobiliários (Res. 21, art. 4º, III)	Rafael Zilles Castiglia	Sim
Cumprimento de regras, políticas, procedimentos da Res. 21, do Compliance e Controles Internos (Res. 21, art. 4º, IV e do CAART, art. 11).	Pedro Henrique Lyra Kaddoum	Sim

	Manual de Compliance	
	Versão:2023.1	Entrada em vigor: 03/08/2023

Gestão de Risco (Res. 21, art. 4º, V)	Pedro Henrique Lyra Kaddoum	Sim
Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção (Res. 50, art. 8º)	Pedro Henrique Lyra Kaddoum	Sim
Encarregado LGPD (Lei 13.709, art. 23, III)	Pedro Henrique Lyra Kaddoum	Não é requerido por lei.

(1) Pelo fato da **Zero Conflict** não exercer administração fiduciária só há a indicação de um administrador de carteiras de valores mobiliários (Res. 21, art. 4º, §§ 5º e 6º).

## VI.5. *Independência, Segregação e Exercício de Funções*

- O exercício da administração de carteiras de valores mobiliários deve ser segregado das demais atividades exercidas pela pessoa jurídica, por meio da adoção de procedimentos operacionais (Res. 21, art. 27) (CAART, art. 12)<sup>2</sup>. Tendo em vista que a **Zero Conflict** exerce somente a gestão de carteiras de valores mobiliários, a **Zero Conflict** está em compliance com esta;
- O diretor responsável pela administração de carteiras de valores mobiliários não pode ser responsável por nenhuma outra atividade no mercado de capitais, na instituição ou fora dela (Res. 21, Art. 4º, § 2º);
- O diretor responsável pela gestão de risco e sua equipe (Res. 21, art. 26, § 5º), por Compliance, por Controles Internos, pela Res. 21 e pelo CAART:
  - Devem exercer suas funções com independência (Res. 21, Art. 4º, § 3º, I); e
  - Não podem atuar em funções relacionadas à administração de carteiras de valores mobiliários, à intermediação e distribuição ou à consultoria de valores mobiliários, ou em qualquer atividade que limite a sua independência, na instituição ou fora dela (Res. 21, Art. 4º, § 3º, II);
- Os diretores responsáveis pela administração de carteiras de valores mobiliários, pela implementação e cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos e da Res. 21, pela gestão de risco não podem obter ou manter registro como agente autônomo de investimento (Res. 21, art. 3º, §5º, I)

<sup>2</sup> Vide Política de Segurança da Informação para mais detalhes.

- Na hipótese de impedimento de qualquer dos diretores responsáveis pela administração de carteiras de valores mobiliários por prazo superior a 30 (trinta) dias, o substituto deve assumir a referida responsabilidade, devendo a CVM ser comunicada, por escrito, no prazo de 7 (sete) dias úteis a contar da sua ocorrência (Res. 21, Art. 5º).

Para garantir que Compliance, Controles Internos e Risco exerçam suas atividades de forma independente e com adequada autoridade (CAART, art. 9, § único, V), a **Zero Conflict** adota as seguintes medidas:

- O diretor responsável por estas atividades não está subordinado ao diretor de gestão;
- Sua área tem a outorga de amplo acesso às informações e aos documentos relacionados, de modo que possa verificar a conformidade com a legislação e as regras estabelecidas;
- As decisões são colegiadas, tendo o diretor de Compliance, Risco e Controles Internos independência quanto a tomada de decisões e poder de veto;
- Os assuntos relacionados a Compliance, Risco e Controles Internos contam com o auxílio de uma consultoria especializada, a qual:
  - Reforça, por meio de casos práticos, para os sócios e diretores a importância da independência destas áreas em relação a área de gestão e distribuição; e
  - Garante o aprimoramento do conhecimento das normas e boas práticas de mercado.


## ***VI.6. Recursos Humanos e Computacionais***

A **Zero Conflict** constituiu e mantém recursos humanos e computacionais adequados ao porte e à área de atuação da pessoa jurídica (Res. 21, art. 4º, VII).

Os recursos computacionais devem:

- Ser protegidos contra adulterações (Res. 21, art. 4º, § 8º, I); e
- Manter registros que permitam a realização de auditorias e inspeções (Res. 21, art. 4º, § 8º, II).

Quanto aos recursos humanos, a **Zero Conflict** adota a política de ter um backup das pessoas chave (vide Plano de Continuidade de Negócios).

	Manual de Compliance	
	Versão:2023.1	Entrada em vigor: 03/08/2023

Para os recursos computacionais, vide Política de Segurança da Informação.

## VII. Regras, Procedimentos e Controles Internos

A **Zero Conflict** deve garantir, por meio de controles internos adequados, o permanente atendimento às normas, políticas e regulamentações vigentes, referentes às diversas modalidades de investimento, à própria atividade de administração de carteiras de valores mobiliários e aos padrões éticos e profissionais (Res. 21, art. 22).

Estes controles internos devem ser efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e risco das operações realizadas (Res. 21, art. 22, § único).

### VII.1. Prestação de Informações

As informações divulgadas pela **Zero Conflict**:

- São verdadeiras, completas, consistentes e não induzir o investidor a erro (Res. 21, art. 13, I);
- São escritas em linguagem simples, clara, objetiva e concisa (Res. 21, art. 13, II); e
- Quanto às carteiras de valores mobiliários sob sua gestão, não asseguramos ou sugerimos a existência de garantia de resultados futuros ou a isenção de risco para o investidor (Res. 21, art. 13, § 1º).

Vide Política de Divulgação de Informações para mais detalhes.

#### VII.1.1. Informações no Site da Zero Conflict

A **Zero Conflict** deve manter página na internet com as seguintes informações atualizadas:

- Formulário de referência, cujo conteúdo deve refletir o Anexo 15-II da Res. 21 (Res. 21, art. 16, I);
- Código de ética, de modo a concretizar os deveres do administrador previstos no art. 18 da Res. 21 (Res. 21, art. 16, II);
- Regras, procedimentos e descrição dos controles internos, elaborados para o cumprimento da Res. 21 (Res. 21, art. 16, III);

- Política de gestão de risco (Res. 21, art. 16, IV);
- Política de negociação de valores mobiliários por administradores, empregados, colaboradores e pela própria empresa (Res. 21, art. 16, V);
- Política de rateio e divisão de ordens entre as carteiras de valores mobiliários (Res. 21, art. 16, VII);
- Política de Apreçamento de Ativos de Carteiras Administradas (Res. 21, art. 16, VI); Política de Exercício de Voto (RPAV 2, art. 3); e
- Política de Gestão de Risco de Liquidez (RPAV 14, art. 6º, §1º, I, c)<sup>3</sup>.

Pelo fato da **Zero Conflict** não exercer a atividade de administração fiduciária, não é requerido que seja disponibilizado no seu site o Manual de precificação dos ativos das carteiras de valores mobiliários que administra (Res. 21, art. 16, §2º);

### VII.1.2. Informações Periódicas à CVM

A **Zero Conflict** deve enviar à CVM, até o dia 31 de março de cada ano, por meio do CVMWeb, formulário de referência, cujo conteúdo deve refletir o Anexo E da Res. 21 (Res. 21, art. 17). A **Zero Conflict** e seus administradores de carteiras e valores mobiliários autorizados pela CVM devem na CVMWeb:

- Atualizar seus formulários cadastrais sempre que qualquer dos dados neles contidos for alterado, em até 7 (sete) dias úteis contados do fato que deu causa à alteração (ICVM 510, art. 1º, I); e
- Confirmar que as informações contidas nos formulários continuam válidas (DEC – Declaração Anual de Conformidade), entre os dias 1o e 31 de maio de cada ano (ICVM 510, art. 1º, II).

### VII.1.3. Informações PLD/FTP

Em função de a **Zero Conflict** exercer a função de gestão de fundos (Lei 9.613/98, art. 9, parágrafo único, XIV, b), esta está sujeita às seguintes obrigações:

---

<sup>3</sup> Somente a partir de 01/12/2021



- Atender às requisições formuladas pelo COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) na periodicidade, forma e condições por ele estabelecidas, cabendo-lhe preservar, nos termos da lei, o sigilo das informações prestadas (Lei 9.613/98, art. 10, V); e
- Dispensar especial atenção às operações que, nos termos de instruções emanadas das autoridades competentes, possam constituir-se em sérios indícios dos crimes previstos na Lei 9.613/98, ou com eles relacionar-se (Lei 9.613/98, art. 13, I).

Vide Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo para detalhes.

#### **VII.1.4. Informações Periódicas à ANBIMA**

A **Zero Conflict** deve registrar na ANBIMA, via SSM, atualização de todas as políticas elencadas no item VI.1.2 no prazo de 15 dias corridos, contados de sua alteração (Comunicado ANBIMA de 11/01/2019).

#### **VII.1.5. Informações FATCA**

Para as situações em que a **Zero Conflict** for gestora de fundo offshore:

- Devem garantir que o administrador do fundo seja PFFI (Participating Foreign Financial Institution) e o fundo seja PFFI ou fundo patrocinado, conferindo os respectivos GIIN;
- Devem garantir contratualmente que o administrador é responsável pelo FATCA dos investidores dos fundos.

### **VII.2. Vedações**

É vedado à Zero Conflict:

- Atuar como contraparte, direta ou indiretamente, em negócios com carteiras que administre, exceto nos seguintes casos (Res. 21, art. 20, I):
  - Quando se tratar de administração de carteiras administradas de valores mobiliários e houver autorização, prévia e por escrito, do cliente (Res. 21, art. 20, I, a), sendo que a autorização deve constar, quando se tratar de carteira de titularidade de pessoa jurídica, a identificação da pessoa natural responsável pela autorização prévia (Res. 21, art. 20, § 2º);

- Quando, embora formalmente contratado, não detenha, comprovadamente, poder discricionário sobre a carteira e não tenha conhecimento prévio da operação (Res. 21, Art. 20, I, b); ou
- Quando realizada por meio de fundo de investimento, devendo constar do regulamento do fundo, se for o caso, a possibilidade de o administrador fiduciário ou o gestor atuar como contraparte do fundo (Res. 21, art. 20, § 1º).
- Modificar as características básicas dos serviços que presta sem a prévia formalização adequada nos termos previstos no contrato e na regulação (Res. 21, art. 20, II);
- Fazer propaganda garantindo níveis de rentabilidade, com base em desempenho histórico da carteira ou de valores mobiliários e índices do mercado de valores mobiliários (Res. 21, art. 20, III);
- Fazer quaisquer promessas quanto a retornos futuros da carteira (Res. 21, art. 20, IV);
- Contrair ou efetuar empréstimos em nome dos seus clientes (Res. 21, art. 20, V), excetuando a prestação de garantias de operações das próprias carteiras, bem como emprestar e tomar títulos e valores mobiliários em empréstimo, desde que tais operações de empréstimo sejam cursadas exclusivamente (Res. 21, art. 20, § 4º):
  - Por meio de serviço autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM; ou
  - Se o ativo for negociado no exterior, por meio de serviço autorizado a operar com o empréstimo de títulos e valores mobiliários em seu país.
- Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma em relação aos ativos administrados (Res. 21, art. 20, VI);
- Negociar com os valores mobiliários das carteiras que administre com a finalidade de gerar receitas de corretagem ou de rebate para si ou para terceiros (Res. 21, art. 20, VII);
- Negligenciar, em qualquer circunstância, a defesa dos direitos e interesses do cliente (Res. 21, art. 20, VIII);
- Receber, em nome do fundo, depósito em conta corrente da **Zero Conflict** ou de qualquer Colaborador recursos financeiros a título de investimento (ICVM 555, art. 89, I);
- Vender cotas à prestação, sem prejuízo da integralização a prazo de cotas subscritas (ICVM 555, art. 89, IV);

- Prometer rendimento predeterminado aos cotistas (ICVM 555, art. 89, V);
- Para fundos de investimento, realizar operações com ações fora de mercado organizado, ressalvadas as hipóteses de distribuições públicas, de exercício de direito de preferência e de conversão de debêntures em ações, exercício de bônus de subscrição, negociação de ações vinculadas a acordo de acionistas e nos casos em que a CVM tenha concedido prévia e expressa autorização (ICVM 555, art. 89, VI);
- Utilizar recursos do fundo para pagamento de seguro contra perdas financeiras de cotistas (ICVM 555, art. 89, VII);
- Praticar qualquer ato de liberalidade (ICVM 555, art. 89, VII); e
- Receber qualquer remuneração, benefício ou vantagem, direta ou indiretamente por meio de partes relacionadas, que potencialmente prejudique a independência na tomada de decisão de investimento pelo fundo (ICVM 555, art. 92, § 2º); e
- Praticar Spoofing ou Layering (ICVM 08, art. 4º, V e VII e art. 18, II c da Lei nº 6.385).

### ***VII.3. Deveres dos Membros do Comitê de Investimentos (Res. 21, Art. 12)***

Os integrantes de comitê de investimentos, que tomem decisões relativas à gestão de recursos devem observar:

- Exercer suas atividades com boa fé, transparência, diligência e lealdade em relação aos seus Clientes (Res. 21, art. 18, I);
- Desempenhar suas atribuições de modo a (Res. 21, art. 18, II):
  - Buscar atender aos objetivos de investimento de seus clientes; e
  - Evitar práticas que possam ferir a relação fiduciária mantida com seus clientes;
- Cumprir fielmente o regulamento do fundo de investimento ou o contrato previamente firmado por escrito com o cliente, contrato este que deve conter as características dos serviços a serem prestados, dentre as quais se incluem (Res. 21, art. 18, III):
  - A política de investimentos a ser adotada;
  - Descrição detalhada da remuneração cobrada pelos serviços;


- Os riscos inerentes aos diversos tipos de operações com valores mobiliários nos mercados de bolsa, de balcão, nos mercados de liquidação futura e nas operações de empréstimo de ações que pretenda realizar com os recursos do cliente;
- O conteúdo e a periodicidade das informações a serem prestadas ao cliente; e
- Informações sobre outras atividades que o administrador exerça no mercado e os potenciais conflitos de interesses existentes entre tais atividades e a administração da carteira administrada;
- Transferir à carteira qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de administrador de carteiras de valores mobiliários, observada a exceção prevista na norma específica de fundos de investimento (Res. 21, art. 18, VI);
- Informar à CVM sempre que verifique, no exercício das suas atribuições, a ocorrência ou indícios de violação da legislação que incumbe à CVM fiscalizar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da ocorrência ou identificação (Res. 21, art. 18, VIII); e
- Respeitar as vedações descritas no item VII.2.

#### ***VII.4. Conflitos de Interesses***

A **Zero Conflict** deve identificar, administrar e eliminar eventuais conflitos de interesses que possam afetar a imparcialidade das pessoas que desempenhem funções ligadas à administração de carteiras de valores mobiliários (Res. 21, art. 23, I).

Configura-se conflito de interesses quando, por conta de um interesse próprio, um colaborador pode ser influenciado a agir contra os princípios da empresa, tomando uma decisão inapropriada ou deixando de cumprir alguma de suas responsabilidades profissionais. São situações onde o julgamento e/ou atitude da pessoa esteja talvez distorcida em favor de outros interesses, em detrimento dos da organização e dos seus clientes. Portanto, um conflito de interesses pode surgir quando um colaborador da **Zero Conflict** é influenciado contra os valores éticos e diretrizes aqui descritos, as políticas e manuais da **Zero Conflict** e as normas legais, tomando uma decisão que viole o dever fiduciário da **Zero Conflict** com seus clientes.

Para tal, ela deve desenvolver e implementar regras, procedimentos e controles internos, por escrito, com o objetivo de assegurar o cumprimento do disposto acima (Res. 21, art. 23, parágrafo único).

	Manual de Compliance	
	Versão:2023.1	Entrada em vigor: 03/08/2023

Vide Código de Ética, Política de Investimentos Pessoais e Política de Rateio de Ordens para mais detalhes sobre os procedimentos e regras.

### ***VII.5. Segurança da Informação (Res. 21, art. 24)***

A **Zero Conflict** deve estabelecer mecanismos para:

- Assegurar o controle de informações confidenciais, reservadas e privilegiadas a que tenham acesso seus Colaboradores; e
- Assegurar a existência de testes periódicos de segurança para os sistemas de informações, em especial para os mantidos em meio eletrônico; e
- Implantar e manter treinamento para os Colaboradores que tenham acesso a informações confidenciais, reservadas ou privilegiadas e participem do processo de decisão de investimento.

Vide Política de Segurança da Informação para mais detalhes sobre regras e procedimentos, inclusive para Segurança Cibernética.


### ***VII.6. Gestão de Riscos***

A **Zero Conflict** deve implementar e manter política escrita de gestão de riscos que permita o monitoramento, a mensuração e o ajuste permanentes dos riscos inerentes a cada uma das carteiras de valores mobiliários. Esta política deve ser consistente e passível de verificação, estabelecendo os procedimentos, técnicas, limites, organograma e frequências requeridas pelas normas (Res. 21, art. 26).

O administrador e o gestor devem, conjuntamente, adotar as políticas, procedimentos e controles internos necessários para que a liquidez da carteira do fundo seja compatível com (ICVM 555, art. 91, I e II):

- Os prazos previstos no regulamento para pagamento dos pedidos de resgate; e
- O cumprimento das obrigações do fundo.

Vide Política de Gestão de Riscos e Manual de Gestão de Risco de Liquidez.

	Manual de Compliance	
	Versão:2023.1	Entrada em vigor: 03/08/2023

## ***VII.7. Controles Internos e Processos***

Os mapeamentos de todos os processos e os controles internos devem relacionar as regras previstas nos seguintes normativos:

- Resolução CVM 21;
- Instrução CVM 555;
- Instrução CVM 8;
- Código de Ética da ANBIMA;
- Código ANBIMA de Administração de Recursos de Terceiros e suas Regras e Procedimentos;
- Código ANBIMA dos Processos da Regulação e Melhores Práticas;
- Código ANBIMA para o Programa de Certificação Continuada;
- Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013), Lei de PLDFT (Lei 9.613/1998) e Resolução CVM 50/2021 e demais normas de PLD/FTP; e
- Lei Geral de Proteção de Dados.

Todas as atividades que precisam ser desempenhadas pelas áreas de gestão, risco, compliance e operações são mapeadas e documentadas pela área de Compliance. A verificação pelo seu cumprimento é de responsabilidade da área de Controles Internos. Este documento está disponível internamente a todos os colaboradores.

## ***VII.8. Contratação de Prestadores de Serviço Relevantes***

Em função da **Zero Conflict** exercer a atividade de gestão de fundos no mercado de capitais, ela só pode contratar a corretora que receberá as ordens. Vide a Política de Contratação de Prestadores de Serviço Relevantes (Res. 21, art. 29) (CAART, Capítulo VI, Seção III).

Como a **Zero Conflict** não é administradora fiduciária de fundos e, portanto, não contrata diretamente prestadores de serviços em nome dos fundos sob gestão, excetuando o parágrafo acima, a Seção II do Capítulo VI do CAART não se aplica.

## ***VII.9. Administração Fiduciária***

A Zero Conflict é registrada exclusivamente na categoria de gestor de recursos, portanto, esse item não se aplica a ela.

## ***VII.10. Distribuição de Cotas***

Como a **Zero Conflict** não exerce a função de distribuição de cotas, o Capítulo VIII da Res. 21 não se aplica a ela (Res. 21, Capítulo VIII) e nem tampouco Código de Distribuição de Investimentos da ANBIMA (CAART, art. 21, §2º).

## ***VII.11. Gestão de Patrimônio***

Em função da **Zero Conflict** exercer a gestão com foco individualizado, mediante o entendimento das expectativas do investidor, restrições e objetivos (CAART, 41), ela deve:

- Elaborar, para cada investidor, uma política de investimento que contemple o total de patrimônio financeiro sob sua responsabilidade, devendo este documento ser assinado pelo investidor (CAART, art. 41, § 1º) e constar do contrato de prestação de serviço (CAART, art. 41, § 1º);
- Ter no mínimo 75% dos profissionais que atuam na Gestão de Patrimônio realizando contato comercial com o investidor a fim de assessorar suas decisões de investimento certificados pela CEA, CFP, CFA ou CGA (CAART, art. 43, II);
- Formalizar em contrato escrito previamente firmado com o investidor (CAART, art. 44), o qual deve ter no mínimo: relação e características do serviço, política de investimento, obrigações das partes, remuneração, prevendo se a Zero Conflict pode receber ou não remuneração indireta de terceiros decorrente da gestão de patrimônio, os riscos e a periodicidade das informações a serem prestadas ao investidor;
- Implementar e manter, em documento escrito, regras e procedimentos que descrevam o processo de Conheça seu Cliente adotado pela **Zero Conflict** (CAART, art. 44);
- Estabelecer regras e procedimentos para Análise de Perfil do Investidor (CAART, art. 44);
- Disponibilizar aos investidores, no prazo máximo de 90 dias após o encerramento de cada semestre do ano civil, o valor total da remuneração recebida direta e indiretamente pela

Gestão de Patrimônio relativo a este período, mantendo evidência deste relatório por 5 anos (CAART, art. 48); e

- Certificar que as comunicações e materiais de toda natureza disponibilizados ao investidor, que incluam valores ou posição em ativos detidos pelos investidores, devem ser apreçados e manter consonância, **no que couber**, com a Diretriz ANBIMA de Apreçamento (CAART, art. 49).

O diretor responsável pela Gestão de Patrimônio é o mesmo da gestão de recursos (CAART, art. 41, I).

## VIII. Gestão Unificada de Riscos, Compliance e Controles Internos

Os riscos de compliance são movidos pelos mesmos fatores subjacentes que impulsionam outros riscos de instituições financeiras, mas suas participações são maiores no caso de resultados adversos (por exemplo, ações regulatórias que podem resultar em restrições das atividades de negócios e grandes multas). Portanto, uma estrutura de compliance precisa ser totalmente integrada com visão de risco.


Para atender a essa melhor prática, a **Zero Conflict** adota a postura onde o Diretor responsável por risco também é o responsável por compliance e controles internos. Os benefícios alcançados com essa estrutura são:

- Garante que a **Zero Conflict** tenha uma visão global de seus riscos e de todas as questões sistêmicas e que não há risco material deixado sem vigilância;
- Diminui a carga sobre o negócio (por exemplo, não há duplicação de avaliação de risco e de atividades de remediação), bem como nas funções de controle (por exemplo, não há relatórios e comunicação separada, duplicada ou conflitante); e
- Facilita a alocação de recursos e gestão de riscos da **Zero Conflict** nos controles e remediações de risco.

Desta forma, a **Zero Conflict** adota as seguintes ações práticas para efetivar a integração do cumprimento da governança global de gestão de riscos com os assuntos regulamentares:

- Inventário único e integrado de riscos e de compliance;




	Manual de Compliance	
	Versão:2023.1	Entrada em vigor: 03/08/2023

- Taxonomias padronizadas de risco, processo, produto e controle;
- Coordenação centralizada da avaliação dos riscos, das correções das não-conformidades, da metodologia de controle e documentação, e de atendimento a prazos, assegurando a consistência da supervisão e das atividades de teste;
- Papéis e responsabilidades claras em todas as políticas para garantir que não haja lacunas ou sobreposições, particularmente em "zonas cinzentas", onde disciplinas convergem;
- Comunicação interna centralizada;
- Processos claros de governança (e.g., escalonamento) e estruturas (e.g., comitês de risco) com mandatos que abrangem funções de risco e de apoio, assegurando a responsabilização, a propriedade e o envolvimento dos colaboradores, mesmo se as questões atravessam múltiplas funções;
- Alinhamento e envolvimento constante da Diretoria para determinar planos de ação, prazos e priorização de temas e assuntos que requeiram atenção; e
- Estabelecimento de uma ligação formal e de coordenação de processos com normas e autorregulações vigentes e com as melhores práticas.

### ***VIII.1. Responsabilidades da Área de Compliance***

Nesse contexto, as responsabilidades da Área de Compliance são:

- Desenvolver e implementar controles e procedimentos internos efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e risco das operações realizadas;
- Assegurar que todos os profissionais que desempenhem funções ligadas à administração de carteiras de valores mobiliários atuem com imparcialidade;
- Implantar e manter atualizado programa de conhecimento às normas e políticas para os colaboradores da **Zero Conflict** que (i) tenham acesso a informações confidenciais e/ou (ii) participem de processo de decisão de investimento;
- Identificar, administrar e eliminar eventuais conflitos de interesses que possam afetar a imparcialidade das pessoas que desempenhem funções ligadas à administração de carteiras de valores mobiliários;

	Manual de Compliance	
	Versão:2023.1	Entrada em vigor: 03/08/2023

- Estabelecer procedimentos para o controle e monitoramento das operações realizadas entre os Veículos de Investimento sob a mesma gestão, com critérios que busquem mitigar eventuais conflitos de interesses e assimetria entre os Veículos de Investimentos (CAART, art. 33);
- Gerar perspectivas práticas sobre a aplicabilidade das leis, regras e regulamentos nos negócios e processos e como eles se traduzem em requisitos operacionais;
- Desenvolver e gerenciar processo de identificação e avaliação de riscos;
- Reavaliar anualmente a aplicabilidade das normas, processos e controles definidos nas políticas da **Zero Conflict**, observando todas as regras estabelecidas no Código de Ética e neste Manual;
- Atualizar o Formulário de Referência e o site da **Zero Conflict**;
- Encaminhar o Formulário de Referência à CVM através do site da CVMWeb;
- Atualizar este Manual e demais políticas sob seu escopo, disponibilizando aos Colaboradores versões atualizadas destas;
- Organizar o treinamento dos Colaboradores no que se relaciona a Compliance;
- Acompanhar e atender a auditorias e requerimentos de órgãos reguladores e autorreguladores;
- Informar aos Sócios Administradores irregularidades sobre as quais tenha conhecimento; e
- Intermediar a relação com os órgãos reguladores e fiscalizadores, de modo a assegurar que todas as informações solicitadas sejam prontamente disponibilizadas.

## ***VIII.2. Responsabilidades da Área de Controles Internos***

A Área de Controles Internos exerce suas funções de forma independente e têm a função de:

- Monitorar os controles internos desenvolvidos por Compliance;
- Assegurar o controle de informações confidenciais a que tenham acesso seus administradores, empregados e colaboradores;

- Assegurar a existência de testes periódicos de segurança para os sistemas de informações, em especial para os mantidos em meio eletrônico;
- Garantir que os gestores de carteiras dos fundos da **Zero Conflict** sigam efetivamente os processos que foram definidos e utilizem as ferramentas que foram desenvolvidas;
- Conferir o cumprimento deste Manual e das demais políticas adotadas pela **Zero Conflict**;  
e
- Informar aos Sócios irregularidades sobre as quais tenha conhecimento.

### ***VIII.3. Transparência na Exposição ao Risco Residual e Eficácia do Controle***

A abordagem da **Zero Conflict** focada em exposições a riscos residuais e pontos críticos de interrupção de processos assegura que nenhum risco material é deixado sem vigilância e fornece a base para atividades de supervisão e de remediação verdadeiramente eficientes. Ele aborda esses desafios:

- Vinculando diretamente requisitos regulatórios com os processos e controles;
- Derivando os riscos materiais para a linha de frente de uma forma sistemática e verdadeiramente baseada no risco; e
- Definindo indicadores chave de riscos (KRI) objetivos (e sempre que possível quantitativos) nas áreas onde o processo pode “quebrar” e pode criar exposição a um risco particular.

Esta abordagem começa por definir quais os riscos se aplicam a um determinado processo de negócio e por identificar onde exatamente no processo eles ocorrem (conhecida como "análise de ponto de interrupção").

Pelos pontos de interrupção de processos identificados, a área de Compliance define os KRIs que medem diretamente a exposição ao risco residual.

Esta abordagem leva a muito menos itens para testar e *insights* muito mais robustos para as principais questões. Além disso, fornece a base essencial para orientar e acelerar o processo de remediação e alocação de recursos.

#### ***VIII.4. Documentação do Cumprimento da Análise dos Procedimentos***

O diretor responsável pela Área de Compliance e Controles Internos deve encaminhar à diretoria da **Zero Conflict**, até o último dia útil do mês de abril de cada ano, relatório relativo ao ano civil imediatamente anterior à data de entrega, contendo (Res. 21, art. 25):

- As conclusões dos exames efetuados quanto ao cumprimento das regras, procedimentos e controles internos;
- As recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronogramas de saneamento, quando for o caso; e
- A manifestação do diretor responsável pela gestão a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores e das medidas planejadas, de acordo com cronograma específico, ou efetivamente adotadas para saná-las.

O relatório de que trata o caput deve ficar disponível para a CVM na sede do administrador de carteiras de valores mobiliários.

#### ***VIII.5. Capacitação e Qualificação Técnica dos Profissionais de Compliance, Controles Internos e Risco***

Os profissionais que atuam nas áreas de Compliance, Controles Internos e Risco tem acesso regular a consultoria especializada para esclarecer dúvidas e aprimorar o conhecimento.


### **IX. Conhecimento as Normas e Políticas**

A área de Compliance da **Zero Conflict** deve assegurar que todos os colaboradores que:

- Desempenhem funções ligadas à administração de carteiras de valores mobiliários (Res. 21, art. 23, I); ou
- Tenham acesso a informações confidenciais (Res. 21, art. 24, III)

Conheçam o código de ética e as normas aplicáveis, bem como as políticas previstas neste Manual e as disposições relativas a controles internos (Res. 21, art. 23, I).

Para tal, os Colaboradores devem ler o Manual de Compliance e demais políticas aqui previstas e tirar todas as dúvidas com a Área de Compliance. Além disso, todos os Colaboradores devem

	Manual de Compliance	
	Versão:2023.1	Entrada em vigor: 03/08/2023

assinar o Termo de Compromisso e Confidencialidade (Anexo I do Código de Ética) após a compreensão das políticas, manuais e códigos da **Zero Conflict**.

Caso haja alguma alteração no Manual de Compliance, todos os Colaboradores devem receber uma nova versão do documento para leitura e entendimento das normas e procedimentos aqui tratados.

## X. Manutenção de Arquivos

Todos os Colaboradores de todas as áreas da **Zero Conflict** devem manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, todos os documentos e informações exigidos pela Res. 21, bem como toda a correspondência, interna e externa, todos os papéis de trabalho, relatórios e pareceres relacionados com o exercício de suas funções (Res. 21, art. 34).

No caso de a **Zero Conflict** ter sido contraparte em operações dos fundos sob gestão, a **Zero Conflict** deve manter por 5 (cinco) anos, arquivo segregado (Res. 21, art. 34, § 1º).


Os documentos e informações podem ser guardados em meio físico ou eletrônico, admitindo-se a substituição de documentos originais pelas respectivas imagens digitalizadas desde que sigam as regras estabelecidas na Política de Segurança da Informação (Res. 21, art. 34, § 2º).

## XI. Penalidades e Multas

### ***XI.1. CVM – Infração Grave (Res. 21, art. 35)***

Considera-se infração grave o não cumprimento do(s)(as):

- Valores Éticos descritos no item V do Código de Ética (Res. 21, art. 18);
- Vedações descritas no item VII.2 deste Manual (Res. 21, art. 20);
- Colaboradores conhecerem o Código de Ética e as normas aplicáveis, bem como as políticas previstas neste Manual e as disposições relativas a controles internos (Res. 21, art. 23);

	Manual de Compliance	
	Versão:2023.1	Entrada em vigor: 03/08/2023

- Identificação, administração e eliminação de eventuais conflitos de interesses que possam afetar a imparcialidade das pessoas ligadas à administração de carteiras de valores mobiliários (Res. 21, art. 23);
- Implementação e manutenção da Política de Gestão de Riscos (Res. 21, art. 26);
- Segregação do exercício de atividades de administração de carteiras de valores mobiliários das demais atividades exercidas pela pessoa jurídica (Res. 21, art. 27); e
- Identificação e avaliação dos fatores internos e externos que possam afetar adversamente a implementação da política de investimentos (Res. 21, art. 31);
- Assegurar que seus administradores, empregados e colaboradores tenham acesso a informações relevantes, confiáveis, tempestivas e compreensíveis para o exercício de suas funções e responsabilidades (Res. 21, art. 31); e
- Manutenção de Arquivos descritos no item X deste Manual (Res. 21, art. 34).

### ***XI.2. CVM – Infração Ordinária (Res. 21, art. 36)***


A **Zero Conflict** está sujeita à multa diária, em virtude do descumprimento dos prazos previstos na Res. 21 relacionados a entrega de informações periódicas, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

### ***XI.3. ANBIMA – Descumprimento e Penalidades (CAART, art. 7 e capítulo XIX)***

De acordo com o CAART, são considerados descumprimento às obrigações e princípios deste Código não apenas a inexistência das regras e procedimentos exigidos, mas também a sua não implementação ou implementação inadequada para os fins previstos no CAART.

São evidências de implementação inadequada das regras e procedimentos estabelecidos no CAART:

- A reiterada ocorrência de falhas, não sanadas nos prazos estabelecidos; e
- A ausência de mecanismo ou evidência que demonstre a aplicação dos procedimentos estabelecidos por este Código.

	Manual de Compliance	
	Versão:2023.1	Entrada em vigor: 03/08/2023

O descumprimento aos princípios e normas estabelecidos no CAART está sujeito à imposição das seguintes penalidades:

- Advertência;
- Multa no valor de até 100 (cem) vezes o valor da maior mensalidade recebida pela ANBIMA;
- Proibição temporária (até 5 anos) do uso do Selo ANBIMA.

A Supervisão de Mercados da ANBIMA poderá aplicar, automaticamente, multas (limitada ao valor equivalente a 30 dias de atraso) às Instituições Participantes que não atenderem às exigências da ANBIMA nas seguintes hipóteses e valores:

- Ausência de qualquer um dos requisitos obrigatórios determinados pelo CAART para os Documentos dos Veículos de Investimento, multa no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por cada ausência;
- Inobservância de qualquer dos prazos estabelecidos no CAART, multa no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por dia de atraso; e
- Inobservância de qualquer dos prazos estabelecidos pela Supervisão de Mercados, não inferior a três dias úteis, para envio de documentos e/ou informações solicitadas, multa no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), por dia de atraso.

## Anexo I. Controle de Versão

Versão	Data	Nome	Ação (Elaboração, Revisão, Alteração, Aprovação)	Conteúdo
3.0	15/06/2016	Zero Conflict	Elaboração	Elaboração do Manual em consonância ao Código de Ética, às novas normas (IN's 555 e 558) e às melhores práticas internacionais.
4.0	21/03/2018	Iguana Consultoria	Revisão	Revisão a luz da maturidade do mercado depois de 1,5 ano de implementação da ICVM 558
4.1	28/03/2018	Iguana Consultoria	Alteração	Incorporação dos pontos discutidos com a Diretoria da Zero Conflict
4.2	04/04/2018	Iguana Consultoria	Alteração	Incorporação dos pontos discutidos com a Diretoria da Zero Conflict
	08/08/2018	Zero Conflict	Aprovação	Aprovação Diretoria
4.3	02/01/2019	Iguana Consultoria	Alteração	Adequação ao novo Código de Administração de Recursos de Terceiros
	02/01/2019	Zero Conflict	Aprovação	Aprovação Diretoria
4.4	10/07/2019	Iguana Consultoria	Revisão	Detalhamento dos controles do processo de certificação dos profissionais da área de gestão de recursos.
	10/07/2019	Zero Conflict	Aprovação	Aprovação Diretoria
2020.1	27/03/2020	Iguana Consultoria	Atualização	Mudança de layout
	08/04/2020	Zero Conflict	Aprovação	Entrada em vigor: 09/04/2020
2021.1	28/09/2021	Iguana Consultoria	Revisão anual	Atualização a Resolução CVM 21, que revogou a ICVM 558.
	29/09/2021	Zero Conflict	Aprovação	Entrada em vigor: 01/10/2021
2022.1	27/06/2022	IGMC	Revisão anual	Ajustes pontuais de redação
	08/07/2022	Zero Conflict	Aprovação	Entrada em vigor: 11/07/2022
2023.1	28/07/2023	IGMC	Revisão	Revisão periódica
	02/08/2023	Zero Conflict	Aprovação	Entrada em vigor: 03/08/2023